Procuradoria-Geral de Justiça

End.: Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80.

Porto Alegre / RS - 90050-190

Fone: (51) 3295 -1100

Porto Alegre, 24 de abril de 2014. Edição n° 1414

Nesta edição:

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA
Boletins.....2

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS
Boletins de Pessoal.....2
Súmulas de contratos.....2
Avisos de licitações.....3
Editais.....3

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS
Boletins.....4
Súmulas de convênios.....6

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO
Editais.....7

ANA CAROLINA MICHEL MARTINS:01926891007
Digitally signed by ANA CAROLINA MICHEL MARTINS:01926891007
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3, ou=(EM BRANCO), ou=Autenticado por AR Certisign, cn=ANA CAROLINA MICHEL MARTINS:01926891007
Date: 2014.04.24 09:51:41 -03'00'

Diário eletrônico do
Ministério Público
Rio Grande do Sul

Porto Alegre, 24 de abril de 2014. www.mp.rs.gov.br Edição nº 1414

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

BOLETIM N.º 169/2014

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, EDUARDO DE LIMA VEIGA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, **RESOLVE**:

DESIGNAR

- a contar do dia 26 de março de 2014, o Promotor de Justiça, Dr. MAURO LUÍS SILVA DE SOUZA, ID nº 3425592, para, na condição de representante desta Instituição, firmar a renovação do Termo de Cooperação nº 20/2010 e Termo Aditivo nº 01/2011 entre Ministério Público e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, visando a consolidação da rede pública de fiscalização técnica para a proteção dos bens, valores e direitos relativos ao Programa Bolsa Família, Programas Remanescentes, ao Cadastro Único, ao Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social e ao monitoramento do Sistema Único de Assistência Social (PR.00956.00685/2009-1 - Port. 1185/2014).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 24 de abril de 2014.

GISLAINE ROSSI LUCKMANN,
Promotora-Assessora.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

BOLETIM N.º 170/2014

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, DANIEL SPERB RUBIN, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, **RESOLVE**:

CONVERTER

- em tempo dobrado de serviço, somente para fins de vantagens, 3 (três) meses de licença-prêmio, não fruída, do servidor MIGUEL EDUARDO NETTO PINHEIRO, Engenheiro Agrônomo, ID n.° 3444244, registrada no Boletim n.º 220/2009, publicado no DEMP de 07/05/2009, referente ao quinquênio de efetividade de 13/04/2004 a 11/04/2009, em conformidade com a lei n.º 10.098/94 (Requerido em 10/04/2014 – PR.01327.00028/2014-4 (Port. 1297/2014).

EXONERAR

- a contar de 17 de abril de 2014, o servidor GUILHERME SPADER, ID n.º 3805239, do cargo em comissão de Assessor Especial I, CC-07, deste órgão (Port. 1291/2014).

- a contar de 17 de abril de 2014, a servidora FABIELI AURELIO IRIGARAY, ID n.º 3824799, do cargo em comissão de Assessor Especial II, CC-05, deste órgão (Port. 1292/2014).

NOMEAR E HABILITAR PARA POSSE

- a contar de 17 de abril de 2014, GUILHERME SPADER, para exercer o cargo em comissão de Assessor de Procuradoria de Justiça II, CC-10, acrescido da gratificação de representação de 25% (vinte e cinco por cento), deste órgão (Port. 1293/2014).

- a contar de 17 de abril de 2014, FABIELI AURELIO IRIGARAY, para exercer o cargo em comissão de Assessor Especial I, CC-07, deste órgão (Port. 1294/2014).

NOMEAR

- LINIKER PAPKE DA SILVA, para exercer o cargo em comissão de Assessor Especial II, CC-05, deste órgão (Port. 1295/2014).

- THIAGO VIDEIRO SCHMITT, para exercer o cargo em comissão de Assessor de Procuradoria de Justiça II, CC-10, acrescido da gratificação de representação de 25% (vinte e cinco por cento), deste órgão (Port. 1296/2014).

- DAIANI CRISTINA HOFSTETTER PACHECO, para exercer o cargo em comissão de Assessor de Promotor de Justiça I, CC-06, deste órgão (Port. 1312/2014).

- CLÁUDIA DEBONI, para exercer o cargo em comissão de Assessor de Promotor de Justiça I, CC-06, deste órgão (Port. 1318/2014).

- BRUNA FERNANDES CEOLIN, para exercer o cargo em comissão de Assessor de Promotor de Justiça I, CC-06, deste órgão (Port. 1319/2014).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 24 de abril de 2014.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

SÚMULA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO
PROCESSO N.º 643-09.00/14-6

CONTRATADO: ADEMAR ELIAS LORENSET; **OBJETO**: Contrato de Prestação de Serviços de Transporte e Carga de Processos para a Promotoria de Caxias do Sul; **VALOR TOTAL**: R$ 10.800,00; **VIGÊNCIA**: 12 meses; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**: Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa 3.3.90.36, Rubrica 3602; **FUNDAMENTO LEGAL**: artigo 24, inc. VII, da Lei Federal n.º 8.666/93.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 23 de abril de 2014.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

SÚMULAS DOS TERMOS DE ACORDO PARA USO DE VEÍCULO PARTICULAR

PR.00863.00029/2014-4

PARTES: Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Procuradoria-Geral de Justiça, e o Promotor de Justiça **Jefferson Dall'Agnol**, ID n.º 3430898; OBJETO: permissão de uso, mediante indenização, do veículo particular placa ISE2330, a

ser usado na execução de tarefas e serviços no âmbito da Procuradoria-Geral de Justiça, em conformidade com o Provimento n.º 12/2013; DATA DE ASSINATURA: 23 de abril de 2014.

PR.01684.00032/2014-3

PARTES: Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Procuradoria-Geral de Justiça, e o Promotor de Justiça **Marcos Eduardo Rauber**, ID n.º 3437795; OBJETO: permissão de uso, mediante indenização, do veículo particular placa JBZ0013, a ser usado na execução de tarefas e serviços no âmbito da Procuradoria-Geral de Justiça, em conformidade com o Provimento n.º 12/2013; DATA DE ASSINATURA: 23 de abril de 2014.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 23 de abril de 2014.

DANIEL SPERB RUBIN,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

SÚMULA DO TERMO DE ACORDO PARA USO DE VEÍCULO PARTICULAR

PR.00762.00038/2014-7

PARTES: Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Procuradoria-Geral de Justiça, e o Promotor de Justiça **João Fábio Munhoz Manzano**, ID n.º 3443639; OBJETO: permissão de uso, mediante indenização, do veículo particular placa ITI7702, a ser usado na execução de tarefas e serviços no âmbito da Procuradoria-Geral de Justiça, em conformidade com o Provimento n.º 12/2013; DATA DE ASSINATURA: 23 de abril de 2014.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 23 de abril de 2014.

DANIEL SPERB RUBIN,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

Aviso de abertura de Pregões Eletrônicos

(01) Pregão Eletrônico n.º 25/2014 (Processo nº 1049-09.00/14-0) **Tipo**: Menor Preço por Item. **Objeto**: Registro de Preços para confecção de coletes e camisetas personalizados com a identidade visual do MPRS, com validade de 12 (doze) meses, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos. **Data e horário de abertura das propostas: 14/05/2014, às 10h**. **Data e horário de início da disputa de preços**: **14/05/2014, às 14 horas.**

(02) Pregão Eletrônico n.º 26/2014 (Processo nº 1050-09.00/14-8) **Tipo**: Menor Preço por Item. **Objeto**: Contratação de até 400 (quatrocentas) horas de consultoria técnica em software JBoss Business Rule Management System – JBRMS, a serem prestadas sob demanda, presencialmente (on site), pelo período de 36 (trinta e seis) meses, bem como contratação de até 400 (quatrocentas) horas de consultoria em desenvolvimento de aplicações nas plataformas JBoss Enterprise Application Platform – JBoss EAP e JBoss Business Rule Management System – JBRMS, a serem prestadas sob demanda, presencialmente (on site), pelo período de 36 (trinta e seis) meses, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos. **Data e horário de abertura das propostas**: **16/05/2014, às 10h**. **Data e horário de início da disputa de preços**: **16/05/2014, às 14 horas.**

Local: **www.pregaobanrisul.com.br**. Editais disponíveis na página: **http://www.mp.rs.gov.br/licitacao/pregao_eletronico**. **Informações gerais**: e-mail, *cplic@mp.rs.gov.br*. **Base legal**: Lei estadual nº 13.191/09, Lei n.º 10.520/02, LC n.º 123/06 e Lei n.º 8.666/93.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 23 de abril de 2014.

LUÍS ANTÔNIO BENITES MICHEL,

Pregoeiro.

EDITAL N.º 181/2014
REMOÇÃO DE AGENTE ADMINISTRATIVO

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, DANIEL SPERB RUBIN, faz público que se encontra disponível, na página da Unidade de Registros Funcionais da Divisão de Recursos Humanos (*http://intra.mp.rs.gov.br/urf/remocoes*), a divulgação dos locais em que serão oferecidas vagas para provimento mediante remoção, sem ônus para esta Procuradoria-Geral de Justiça.

Os prazos e critérios deste processo de remoção estão regulamentados pelo Provimento 63/2007, publicado no DOE de 11/12/2007.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 24 de abril de 2014.

DANIEL SPERB RUBIN,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

EDITAL N.º 182/2014
REMOÇÃO DE SECRETÁRIO DE DILIGÊNCIAS

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, DANIEL SPERB RUBIN, faz público que se encontra disponível, na página da Unidade de Registros Funcionais da Divisão de Recursos Humanos (*http://intra.mp.rs.gov.br/urf/remocoes*), a divulgação dos locais em que serão oferecidas vagas para provimento mediante remoção, sem ônus para esta Procuradoria-Geral de Justiça.

Os prazos e critérios deste processo de remoção estão regulamentados pelo Provimento 63/2007, publicado no DOE de 11/12/2007.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 24 de abril de 2014.

DANIEL SPERB RUBIN,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

Diário eletrônico do
Ministério Público
Rio Grande do Sul

Porto Alegre, 24 de abril de 2014. www.mp.rs.gov.br Edição nº 1414

EDITAL N.º 183/2014
REMOÇÃO DE ASSISTENTE DE PROMOTORIA DE JUSTIÇA

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, DANIEL SPERB RUBIN, faz público que se encontra disponível, na página da Unidade de Registros Funcionais da Divisão de Recursos Humanos (*http://intra.mp.rs.gov.br/urf/remocoes*), a divulgação do local em que será oferecida vaga para provimento mediante remoção, sem ônus para esta Procuradoria-Geral de Justiça.

Os prazos e critérios deste processo de remoção estão regulamentados pelo Provimento 63/2007, publicado no DOE de 11/12/2007.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 24 de abril de 2014.

DANIEL SPERB RUBIN,
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

BOLETIM Nº 04/2014 – CAO-DH

O CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS, POR SEU COORDENADOR EM SUBSTITUIÇÃO, cientifica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, instaurou os seguintes Inquéritos Civis e Peças de Informação:

Inquérito Civil nº 00723.00004/2014 instaurado pelo Promotor de Justiça Alécio Silveira Nogueira, da Promotoria de Justiça de Bento Gonçalves, com a finalidade de apurar a ocorrência de racismo em jogo realizado no Estádio do Clube Esportivo, por parte da torcida do Esportivo de Bento Gonçalves.

Inquérito Civil nº 00723.00003/2014 instaurado pelo Promotor de Justiça Alécio Silveira Nogueira, da Promotoria de Justiça de Bento Gonçalves, com a finalidade de apurar deficiências no atendimento a portadores de necessidades especiais. Investigada: Prefeitura Municipal de Bento Gonçalves.

Inquérito Civil nº 00740.00001/2014 instaurado pelo Promotor de Justiça Marcelo Dossena Lopes dos Santos, da Promotoria de Justiça de Canoas, com a finalidade de apurar a regularidade do funcionamento da ILPI Centro Geriátrico, localizada na Rua Aurora, 507 e 593, no município.

Inquérito Civil nº 00949.00193/2013 instaurado pelo Promotor de Justiça João Carlos de Azevedo Fraga, da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa**,** com a finalidade de averiguar existência de uma casa geriátrica localizada na Rua Gaspar Grizza, nº 177, Bairro Santa Luzia, no município.

Inquérito Civil nº 00949.00213/2013 instaurado pelo Promotor de Justiça João Carlos de Azevedo Fraga, da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa, com a finalidade de averiguar eventual desconformidade técnica na realização de exames do tipo hemograma pelo laboratório do Hospital Santa Luzia de Capão da Canoa.

Inquérito Civil nº 00748.00266/2013 instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, com a finalidade de investigar possíveis irregularidades no funcionamento da Clínica de Repouso Novos Horizontes, localizada na Avenida Julio de Castilhos, 4211, Bairro Cinquentenário, no município.

Inquérito Civil nº 00748.00270/2013 instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, com a finalidade de investigar o Plano de Atenção Integral à Saúde dos residentes de ILPI's do município. Investigado: Município de Caxias do Sul.

Aditamento à Portaria de Instauração de **Inquérito Civil nº 00748.00123/2011**, da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul**,** pela Promotora de Justiça Adriana Karina Diesel Chesasi, com o fim de exlusão de investigados> Banco Banrisul, Banco Sicredi, Banco Itaú e Banco do Brasil.

Inquérito Civil nº 00748.00347/2013 instaurado pela Promotora de Justiça Adriana Karina Diesel Chesani, da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, com a finalidade de investigar verificação da acessibilidade nas agências bancárias de Caxias do Sul. Investigado: Banco Sicredi.

Inquérito Civil nº 00748.00348/2013 instaurado pela Promotora de Justiça Adriana Karina Diesel Chesani, da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, com a finalidade de investigar verificação da acessibilidade nas agências bancárias de Caxias do Sul. Investigado: Banco Itaú S/A.

Inquérito Civil nº 00748.00345/2013 instaurado pela Promotora de Justiça Adriana Karina Diesel Chesani, da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, com a finalidade de investigar verificação da acessibilidade nas agências bancárias de Caxias do Sul. Investigado: Banco do Brasil.

Inquérito Civil nº 00748.00021/2013 instaurado pelo Promotor de Justiça Evandro Lobato Kaltbach, da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, com a finalidade de investigar possíveis irregularidades na cobrança de passagem aos idosos no transporte coletivo de Caxias. Investigado: Transporte Coletivo de Caxias do Sul.

Inquérito Civil nº 00748.00060/2007 da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul**,** pela Promotora de Justiça Luciana Moraes Dias, com a finalidade de investigar negativa de autorização para a realização de exame médico, por parte do Sistema Único de Saúde. Investigado: Município de Caxias do Sul.

Inquérito Civil nº 00748.00076/2013 instaurado pela Promotora de Justiça Luciana Moraes Dias, da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul**,** com a finalidade de investigar se idosa necessita de fornecimento do medicamento Pazopanibe 400mg. Investigado: Secretaria Municipal da Saúde de Caxias do Sul.

Inquérito Civil nº 00748.00133/2013 instaurado pela Promotora de Justiça Luciana Moraes Dias, da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, com a finalidade de investigar o funcionamento como comunidade terapêutica. Investigado: Casa de Apoio Celeiro de Cristo, localizada na rua Luiz Covolan, nº 3100, Bairro Vale Verde, no município.

Inquérito Civil nº 00748.00292/2013 instaurado pela Promo-

tora de Justiça Luciana Moraes Dias, da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, com a finalidade de investigar o Serviço de Anestesiologia. Investigado: Hospital Geral, localizado na Av. Prof. Antônio Vignolli, nº 255, Petrópolis, no município.

Inquérito Civil nº 00748.00210/2013 instaurado pela Promotora de Justiça Luciana Moraes Dias, da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, com a finalidade de investigar a Comunidade Tarapêutica Olaria de Cristo, localizada no Travessão São Virgílio, s/nº, 1º Distrito, no município.

Inquérito Civil nº 000748.00215/2013 instaurado pela Promotora de Justiça Luciana Moraes Dias, da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, com a finalidade de investigar o fornecimento do medicamento Ciclofosfamida 50mg. Investigado: Município de Caxias do Sul.

Inquérito Civil nº 00748.00085/2013 instaurado pela Promotora de Justiça Luciana Moraes Dias, da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul**,** com a finalidade de investigar subtração de valores de contas judiciais no município. Investigados: Gilmar Antonio Camargo de Oliveira, Rose Nunes da Silva Susin, Lairton José da Silva Venson, Maristela Brancer Venson e Frederic Cesa Dias.

Inquérito Civil nº 00748.00310/2013 instaurado pelo Promotor de Justiça Mauro Rocha de Porchetto, da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul**,** com a finalidade de investigar o controle de infecção hospitalar. Investigado: Hospital Pompéia de Caxias do Sul.

Inquérito Civil nº 00748.00311/2013 instaurado pelo Promotor de Justiça Mauro Rocha de Porchetto, da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul**,** com a finalidade de investigar o controle de infecção hospitalar. Investigado: Hospital Geral de Caxias do Sul.

Inquérito Civil nº 00748.00312/2013 instaurado pelo Promotor de Justiça Mauro Rocha de Porchetto, da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul**,** com a finalidade de investigar o controle de infecção hospitalar. Investigado: Hospital Virvi Ramos, no município.

Inquérito Civil nº 00748.003142013 instaurado pelo Promotor de Justiça Mauro Rocha de Porchetto, da Promotoria, de Justiça de Caxias do Sul, com a finalidade de investigar o controle de infecção hospitalar. Investigado: Hospital Círculo Operário Caxiense, no município.

Inquérito Civil nº 00748.00315/2013 instaurado pelo Promotor de Justiça Mauro Rocha de Porchetto, da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul**,** com a finalidade de investigar o controle de infecção hospitalar. Investigado: Hospital Saúde, no município.

Inquérito Civil nº 01128.00137/2012 instaurado pela Promotora de Justiça Christianne Pilla Caminha, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre**,** com a finalidade de averiguar eventuais irregularidades na Instituição de Longa Permanência para Idosos – Casa de Repouso Sítio Farina. Investigado: Claudino Farina de Oliveira e Cia Ltda.

Inquérito Civil nº 01128.00138/2012 instaurado pela Promotora de Justiça Christianne Pilla Caminha, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, com a finalidade de averiguar eventuais irregularidades na Instituição de Longa Permanência para Idosos. Investigado: Residencial Geriátrico Jardim Isabel Ltda.

Inquérito Civil nº 01128.00164/2012 instaurado pela Promotora de Justiça Christianne Pilla Caminha, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, com a finalidade de averiguar eventuais irregularidades na Instituição de Longa Permanência para Idosos. Investigado: Associação de Assistência Social dos Amigos de Santo Antônio, no município.

Peças de Informação nº 01128.00079/2012 instaurado pelo Promotor de Justiça Mauro Luís Silva de Souza, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, com a finalidade de averiguar a possível demora de FADERS em expedir documentos que garantem transportes gratuito aos deficientes.

Peças de Informação nº 01128.00080/2012 instaurado pelo Promotor de Justiça Mauro Luís Silva de Souza, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, com a finalidade de verificar possível descumprimento das Leis 10.048/2000 e 10.098/2000, bem como do DEC 5.296/2004 pelo Banco do Brasil.

Inquérito Civil nº 01128.00082/2012 instaurado pelo Promotor de Justiça Mauro Luís Silva de Souza, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, com a finalidade de averiguar possível deficiência das instalações e recursos da Polícia Civil que contribui para a ocorrência de suicídio de presos.

Inquérito Civil nº 01128.00099/2012 instaurado pelo Promotor de Justiça Mauro Luís Silva de Souza, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, com a finalidade de averiguar possíveis irregularidades no fornecimento do medicamento Sertralina. Investigado: Secretaria Estadual da Saúde.

Inquérito Civil nº 01128.00105/2012 instaurado pelo Promotor de Justiça Mauro Luís Silva de Souza, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, com a finalidade de averiguar as condições de infraestrutura da farmácia do Estado do Rio Grande do Sul.

Inquérito Civil nº 01128.00118/2011 instaurado pelo Promotor de Justiça Mauro Luís Silva de Souza, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, com a finalidade de averiguar eventual violação ao Direito Humano à Alimentação Adequada no Albergue Municipal de Porto Alegre.

Inquérito Civil nº 01128.00141/2012 instaurado pelo Promotor de Justiça Mauro Luís Silva de Souza, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, com a finalidade de verificar o andamento do pagamento dos serviços prestados pelo Grupo Hospitalar Conceição.

Peças de Informação nº 01128.00151/2012 instaurado pelo Promotor de Justiça Mauro Luís Silva de Souza, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, com a finalidade averiguar o procedimento adotado pela Farmácia do Estado na dispensação de medicamentos que exijam acondicionamento térmico.

Inquérito Civil nº 01128.000152/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Mauro Luís Silva de Souza, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre**,** com a finalidade de investigar a cobrança indevida de material

necessário para a realização de procedimento financiado pelo SUS.

Inquérito Civil nº 00875.00024/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Reginaldo Freitas da Silva, da Promotoria de Justiça de Santo Antônio da Patrulha, com a finalidade de apurar a negativa de prioridade de atendimento aos idosos nos estabelecimentos WMS Supermercados do Brasil Ltda, M.F. Gomes Ltda, Supermercado União, Supermercado Compre Bem e Mercado Santo Antônio, localizados no município.

Inquérito Civil nº 00873.00021/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Júlio César Maggio Stürmer, da Promotoria de Justiça de Santo Ângelo**,** com a finalidade de apurar a carência de enfermeiros na rede pública de saúde do munícipo de Santo Ângelo.

Inquérito Civil nº 00878.00053/2013, instaurado pela Promotora de Justiça Cinthia Menezes Rangel, da Promotoria de Justiça de São Borja, com a finalidade de investigar infração à ordem urbanística em razão de eventuais deficiências na segurança das edificações e falta de acessibilidade aos portadores de necessidades especiais nas Escolas Municipais de Ensino Infantil, Fundamental e Médio, no município.

Inquérito Civil nº 00878.00054/2013 instaurado pela Promotora de Justiça Cinthia Menezes Rangel, da Promotoria de Justiça de São Borja**,** com a finalidade de investigar falta de acessibilidade às pessoas portadoras de necessidades especiais na Escola Adventista de São Borja.

Inquérito Civil nº 00878.00055/2013, instaurado pela Promotora de Justiça Cinthia Menezes Rangel, da Promotoria de Justiça de São Borja**,** com a finalidade de investigar falta de acessibilidade aos portadores de necessidades especiais nas escolas particulares de educação infantil, no município.

Inquérito Civil nº 00878.00056/2013 instaurado pela Promotora de Justiça Cinthia Menezes Rangel, da Promotoria de Justiça de São Borja**,** com a finalidade de investigar infração à ordem urbanística em razão de eventuais deficiências na segurança das edificações e falta de acessibilidade aos portadores de necessidades especiais nas escolas estaduais de ensino infantil, fundamental e médio, no município.

Inquérito Civil nº 00878.00057/2013 instaurado pela Promotora de Justiça Cinthia Menezes Rangel, da Promotoria de Justiça de São Borja, com a finalidade de investigar falta de acessibilidade as pessoas portadoras de necessidades especiais no Colégio Sagrado Coração de Jesus, no município.

Inquérito Civil nº 00878.00069/2013 instaurado pela Promotora de Justiça Cinthia Menezes Rangel, da Promotoria de Justiça de São Borja**,** com a finalidade de investigar falta de acessibilidade aos portadores de necessidades especiais nas Escolas particulares de Educação Infantil, no município. Investigado: Escola de Educação Infantil Brincarte.

Inquérito Civil nº 00878.00070/2013 instaurado pela Promotora de Justiça Cinthia Menezes Rangel, da Promotoria de Justiça de São Borja, com a finalidade de investigar falta de acessibilidade aos portadores de necessidades especiais nas Escolas particulares de Educação Infantil, no município. Investigado: Escola de Educação Infantil Carinha de Anjo.

Inquérito Civil nº 00878.00071/2013 instaurado pela Promotora de Justiça Cinthia Menezes Rangel, da Promotoria de Justiça de São Borja, com a finalidade de investigar falta de acessibilidade aos portadores de necessidades especiais nas Escolas particulares de Educação Infantil, no município. Investigado: Escola de Educação Infantil Pingo de Gente.

Inquérito Civil nº 00878.00072/2013 instaurado pela Promotora de Justiça Cinthia Menezes Rangel, da Promotoria de Justiça de São Borja, com a finalidade de investigar falta de acessibilidade aos portadores de necessidades especiais nas Escolas particulares de Educação Infantil, no município. Investigado: Escola de Educação Infantil Recanto da Alegria I.

Inquérito Civil nº 00878.00073/2013 instaurado pela Promotora de Justiça Cinthia Menezes Rangel, da Promotoria de Justiça de São Borja, com a finalidade de investigar falta de acessibilidade aos portadores de necessidades especiais nas Escolas particulares de Educação Infantil, no município. Investigado: Escola de Educação Infantil Recanto da Alegria II.

Inquérito Civil nº 00881.00016/2013 instaurado pelo Promotor de Justiça João Claudio Pizzato Sidou, da Promotoria de Justiça de São Francisco de Assis, com a finalidade de investigar Inquérito Civil que investiga a ausência de adaptação do transporte às necessidades de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Ano 2013. Investigado: AM Transportes.

Inquérito Civil nº 00885.00001/2013 instaurado pela Promotora de Justiça Ivana Machado Battaglin, da Promotoria de Justiça de São Gabriel, com a finalidade de apurar possível omissão administrativa em relação à inexistência de casa-abrigo no município de São Gabriel à disposição de mulheres vítimas de violência doméstica.

Inquérito Civil nº 126/2012 instaurado pela Promotora de Justiça Débora Rezende Cardoso, da Promotoria de Justiça de São Leopoldo, com a finalidade de investigar a informação veiculada no Jornal Vale dos Sinos dando conta de que o Centro de Saúde Vicentina, localizado na Rua Caetano J. Munhoz, nº 779, Bairro Vicentina fechou por falta de médicos. Investigado: município de São Leopoldo.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 22 de abril de 2014.

MAURO LUÍS SILVA DE SOUZA,
Promotor de Justiça, Coordenador Substituto,
Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos.
De acordo.

MARCELOS LEMOS DORNELLES,
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

Súmula do Termo de Convênio
Processo PR.01075.06709/2010-5

PARTES: O Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, CNPJ nº 93.802.833/0001-57 e a Escola de Educação Profissional Maxwell, CNPJ nº 94.786.779/0002-47; **OBJETO**: Termo de Convênio celebrado entre as partes objetivando regulamentar o desenvolvimento de programa de estágio mediante parceria, fins de propiciar treinamento prático, aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano; **PRAZO**: 5 (cinco) anos; **DATA DA ASSINATURA**: 09/04/2014; Daniel Sperb Rubin, Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Elisete Teixeira Marques, Diretora.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 23 de abril de 2014.

Diário eletrônico do
Ministério Público
Rio Grande do Sul

Porto Alegre, 24 de abril de 2014. www.mp.rs.gov.br Edição nº 1414

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

EDITAIS

FAÇO PÚBLICO, CUMPRINDO DETERMINAÇÃO DO EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, em conformidade com o que dispõe o artigo 15, § 2º, combinado com o artigo 62, ambos da Lei n.º 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, e o Provimento n.º 08/2002, publicado no Diário Oficial da Justiça de 19 de fevereiro de 2002, que se encontram vagos os cargos abaixo elencados, na forma de provimento e critério abaixo relacionados:

EDITAL	FORMA DE PROVIMENTO	CRITÉRIO	CARGO
89/2014	Promoção	Merecimento	**1º** Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça **Especializada** de **Pelotas**, de entrância final.
90/2014	Promoção	Antiguidade	**5º** Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça **Criminal** de **Caxias do Sul**, de entrância final.
91/2014	Remoção	Merecimento	**5º** Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça **Criminal** de **Santa Maria**, de entrância final.
92/2014	Remoção	Antiguidade	Promotor de Justiça **Substituto** de entrância final com atuação perante a Promotoria de Justiça de **Passo Fundo**.
93/2014	Remoção	Merecimento	**3º** Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça **Criminal** de **São Leopoldo**, de entrância intermediária.
94/2014	Remoção	Antiguidade	**1º** Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de **São Sebastião** do **Caí**, de entrância inicial.

OS PROMOTORES DE JUSTIÇA interessados têm o prazo de 10 (dez) dias, computados na forma do artigo 3º, § 1º, do Provimento n.º 33/2008, para manifestarem interesse na habilitação.

O prazo de desistência encerra-se dois dias úteis após o prazo de habilitação, nos termos da nova redação da Súmula nº 22 do Egrégio CSMP.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 24 de abril de 2014.

ANA CRISTINA CUSIN PETRUCCI,

Promotora-Assessora.